

Reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo: uma análise a partir da teoria marxista da dependência

Derik Melchior¹
Guilherme Almeida de Oliveira²

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as reformas do Governo Temer, notadamente a PEC 241/55, a trabalhista e a da previdência sob a luz da TMD. Pretende-se defender a hipótese de que tais reformas são a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento que tem início na década de 1990 e que o aprofundamento do neoliberalismo através da aprovação dessas reformas tem como objetivo não a retomada dos investimentos e do crescimento, algo impraticável com reformas que reduzam a demanda agregada, mas sim a retomada dos lucros num contexto em que não se espera crescimento econômico. E como hipótese adicional, pretende-se defender também que uma das consequências das reformas é o aumento da dependência financeira da economia brasileira. Para defender essas duas hipóteses, é necessário cumprir dois objetivos específicos: (i) fazer uma revisão bibliográfica apontando como a TMD pode explicar reformas como as ora propostas; (ii) a partir dessa perspectiva, avaliar as três reformas específicas do governo Temes acima citados. Por fim, conclui-se que as reformas propostas não permitem uma retomada do crescimento econômico, já que possuem efeitos regressivos sobre a demanda, mas sim uma retomada dos lucros mesmo com baixo crescimento.

Palavras-chave: capitalismo; reformas; Governo Temer; Teoria Marxista da Dependência.

Contemporary brazilian capitalism reforms: an analysis based on the marxist theory of dependency

Abstract: The objective of this paper is to analyze the reforms of Temer's government, especially the PEC 241/55, the labor and social security reforms in the light of the Marxist Theory of Dependency (MTD). It is intended to defend the hypothesis that such reforms are the extension of a development strategy that began in the 1990s, and that the deepening of neoliberalism through the approval of these reforms aims not to increase investment and growth, which is something impractical with aggregate demand reducing reforms, but rather the renewal of profits in a context with no economic growth perspective. And as an additional hypothesis, it is also intended to defend that one of the consequences of the reforms is the increase of the financial dependency of Brazilian economy. In order to defend these two hypotheses, it is necessary to fulfill two specific objectives: first, to make a bibliographical review pointing out how the MTD

¹ Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes

² Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes

Contribuiu, na condição de orientador deste trabalho, o Prof. Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF). Aproveitamos para agradecer os comentários do Prof. Leonardo de Magalhães Leite (UFF) e da Prof. Daniela Franco (UFF), que auxiliaram na elaboração do artigo.

can explain reforms such as those proposed; and, secondly, evaluate from that perspective the three above mentioned three specific reforms of Temer's government. Finally, we conclude that the proposed reforms do not allow an increase of economic growth, since they have regressive effects on demand, but a recovery of profits, despite the low growth taxes.

Keywords: Capitalism; Reforms; Temer Government; Marxist Theory of Dependency

Introdução

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neo-colonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno. (Galeano, 1981, p. 14)

Passados mais de 40 anos da primeira publicação do livro de Eduardo Galeano “As veias abertas da América Latina” continuam expostas às “demandas” dos países do eixo de acumulação capitalista. Nos especializamos em perder, isto é, na produção de commodities para exportação e nos inserimos, assim, de forma subordinada aos países centrais dentro da divisão internacional do trabalho. As reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo intensificam essa forma de inserção no comércio internacional e são o tema central do presente trabalho.

No mesmo caminho de Galeano a Teoria Marxista da Dependência entende o subdesenvolvimento dos países pobres como uma condição necessária para o desenvolvimento dos países ricos, ou ainda, um resultado lógico do desenvolvimento destes. Nas palavras de Galeano “a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial”. Tendo essa constatação como premissa básica o presente trabalho se propõe fazer uma análise das reformas do Governo Temer sustentando que estas acentuam a condição de dependência da economia brasileira frente às economias centrais.

Trata-se, portanto, da análise de um caso concreto da conjuntura atual brasileira, mas que traz consigo íntima relação com condicionantes estruturais da forma de organização social capitalista. Neste sentido buscamos no interior da Teoria Marxista da Dependência uma categoria que funcionasse como elo entre o modo de produção capitalista e conjuntura. No final da década de 1970, Ruy Mauro Marini, um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, funda o Centro de Información Documentación y Análises del Movimiento Obrero Latinoamericano (Cidamo), no México, onde eram feitas análises de conjuntura da economia mundial e da América Latina. É como resultado do trabalho desenvolvido no interior da Cidamo que o intelectual chileno Jaime Osório amadurece a noção do padrão de reprodução do capital que adotamos aqui como categoria central de análise para as reformas do Governo Temer. Neste sentido, podemos encarar este artigo como um esforço de realizar um trabalho próximo ao que era desenvolvido no interior da Cidamo, ainda que não se pretenda uma continuidade, adotamos a categoria do padrão de reprodução do capital como mais adequada para a investigação de situações histórico-concretas.

Dessa forma, na primeira seção apresentamos a categoria do padrão de reprodução do capital como o referencial teórico do presente trabalho. Na sequência, tentamos demonstrar que existe uma continuidade do padrão de reprodução do capital que se estende da década de 1990 até os dias atuais. Tal padrão apresenta como principal característica a vulnerabilidade externa e a conseqüente subordinação financeira da economia brasileira.

1. Uma proposta teórica para análise de situações histórico-concretas

A investigação de situações concretas em momentos históricos específicos demanda a utilização de um método que dê conta dos elementos necessários para uma compreensão abrangente, e que, por sua vez, não incorra nos erros do reducionismo ou de uma análise atomista da realidade. Se considerarmos a realidade concreta como a síntese de múltiplas determinações, é mister utilizar um método de investigação que consiga relacionar as categorias de análise mais abstratas com as mais concretas³ e,

³ As categorias abstratas poderiam ser descritas como aquelas em que, no processo investigação, determinado elemento é extraído da sua totalidade, isolado, com objetivo de capturar as suas

portanto, descrever as múltiplas determinações da realidade levando em conta o par essência/aparência⁴. Entende-se que este percurso se faz necessário diante da preocupação com o movimento total do fenômeno estudado. Consideramos, aqui, o método marxiano como o mais adequado para se apreender a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Partimos, então, da teoria da dependência em sua versão marxista para analisar a situação atual do capitalismo brasileiro.

Na medida em que o objetivo do trabalho é uma análise, a partir da Teoria Marxista da Dependência⁵, das reformas ora propostas pelo atual governo, sendo que elas se situam no plano concreto do real e se apresentam como aspectos conjunturais que revelam a especificidade do momento histórico, faz-se necessário demonstrar como esta especificidade pode desmistificar as (supostas) funções cumpridas pelas medidas de Temer – propagandeadas como necessárias para a retomada do investimento e do crescimento econômico –, estabelecendo, portanto, a mediação entre as categorias abstratas e concretas de análise.

Desse modo, em primeiro lugar, é preciso ter em mente, ainda que sucintamente, o lugar que a TMD ocupa dentro desse debate teórico. A TMD é uma alternativa às interpretações que consideram a condição de subdesenvolvimento das economias (periféricas) uma etapa para o desenvolvimento bastando seguir o receituário dos países desenvolvidos para superar tal condição. Em contrapartida a TMD se coloca como corrente marxista que interpreta as relações mercantis entre os países do sistema mundial a partir da perspectiva de que desenvolvimento e subdesenvolvimento é um par dialético de um mesmo processo: a lógica de acumulação de capital em escala mundial.

Em suma o capitalismo dependente não era a sociedade tradicional superável mediante políticas nacional-desenvolvimentistas, nem o atraso que seria ultrapassado pela revolução democrático-burguesa, mas a outra face da

determinações mais simples. Por outro lado, quanto mais carregado de determinações o objetivo estiver, mais concreto ele será.

⁴ Em seu livro “Capital: essência e aparência” Reinaldo Carcanholo em uma nota de rodapé deixa transparente a relação entre essência e aparência chamando atenção para o erro de se negligenciar a aparência ou para se considerar apenas um aspecto do real: “Talvez seja conveniente, aqui, destacar mais uma vez o fato de que a aparência nunca deve ser vista como resultado de um erro ou engano do observador. Ela é um aspecto fundamental do real, ao lado da essência. O erro está (...) em considerar que a realidade só apresenta seu aspecto observável; o engano está em acreditar na unidimensionalidade do real. (...) a essência permite entender os nexos íntimos da realidade; só ela permite explicar a razão da própria conformação da aparência, a estrutura e as leis de funcionamento além das tendências e potencialidades do real.” (Carcanholo, 2011b, p. 46)

⁵ A partir de agora faremos referência a Teoria Marxista da Dependência através da sigla TMD.

mesma economia mundial capitalista e seu sistema imperialista, com seus mecanismos internos de funcionamento que era preciso desvelar, compreender superar. (Ferreira, Luce, 2012, p. 12)

Entende-se, portanto, que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões é resultado de um mesmo processo que determina o desenvolvimento dos demais (Carcanholo, 2004). A lógica de acumulação do capital em escala mundial subordina os países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos criando uma relação de dependência que se reflete em algumas peculiaridades dessas economias, tais como, a transferência de valor⁶ e a superexploração da força de trabalho⁷. Uma vez ancorada na teoria do valor de Marx, propõe como solução para a condição de subdesenvolvimento a transformação da realidade social, ou em outras palavras, a superação do sistema capitalista de produção.

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida. (Marini, 2011b, p. 184)

Dentro do escopo teórico da TMD e procurando dar respostas à questão do modo como as leis de tendência do sistema capitalista e das formas de produção, acumulação, circulação e apropriação do valor se desenvolvem em situações histórico-concretas, a noção de *padrão de reprodução do capital* é formulada originalmente por Ruy Mauro Marini e ganha forma com a obra de Jaime Osório.

A proposta é um divisor de águas para os interessados na leitura crítica do capitalismo latino-americano, a partir de uma perspectiva que sustenta a necessidade da ortodoxia no método e rejeita tanto o ecletismo como o dogmatismo para nutrir o marxismo em sua condição de ciência transformadora. (Ferreira, Luce, 2012, p. 9)

⁶ Dado o desnível de produtividade que caracteriza o desenvolvimento tecnológico dos países em escala mundial percebe-se, através da exportação, predominantemente, de produtos com baixo valor agregado dos países latino-americanos para os países do eixo do capitalismo, uma transferência do mais valor produzido aqui para os países desenvolvidos. Isso acontece devido ao aumento da produtividade nos setores que produzem os bens-salários (alimentos e vestuários por exemplo) diminuir o valor da força de trabalho nos países dependentes.

⁷ Considerando a transferência de valor como mecanismo característico do capitalismo dependente, a forma como essas economias encontram para compensar esse desequilíbrio já que são incapazes de atingir o mesmo nível de produtividade das economias centrais e, assim, concorrerem de forma justa, é superexplorando a força de trabalho. Esse mecanismo consiste na remuneração dos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho.

A noção do padrão de reprodução do capital é uma tentativa de pensar nas mediações teóricas capazes de capturar o movimento do capital dos graus abstratos aos mais concretos pelos quais as leis de tendência do capitalismo vão se especificando. É uma metodologia que tenta amarrar temas como o imperialismo, divisão internacional do trabalho, formação econômico-social e conjunturas que variam dos níveis mais abstratos aos mais concretos respectivamente. Essa proposta se consolida como categoria de análise através dos estudos de Osório e sua preocupação com o movimento do capital e as relações de produção em uma formação econômico-social (Ferreira, Luce, 2012, p.16). Enquanto categoria dá conta de estabelecer a mediação – e por isso se trata de uma categoria intermediária – entre categorias abstratas (modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial) e aquelas mais concretas (formação econômico-social e conjuntura). Na medida em que consegue cumprir essa função mediadora, a perspectiva da totalidade⁸, considerada fundamental para uma análise rigorosa e adequada de fenômenos histórico-concretos que tenha como imperativo uma transformação social, está mantida. Trataremos a seguir de alguns traços distintivos do padrão de reprodução do capital que serão necessários para investigação das reformas do Governo Temer.

O padrão de reprodução do capital se propõe, a partir da incorporação das contribuições dos ciclos do capital e dos esquemas de reprodução do volume II d'O capital de Karl Marx, como uma ferramenta de análise que possibilita a apreensão do movimento do capital em um momento histórico específico. Dado o elevado nível de abstração em que trabalham os esquemas de reprodução e os ciclos do capital, Osório adverte para a necessidade de se incorporar mais elementos – que n'O capital não foram, pois Marx tinha outros objetivos que impunham as abstrações que foram feitas⁹ – para uma compreensão da crise dos padrões de reprodução e a necessidade do capital gerar novas modalidades de reprodução (Osório, 2012, p. 46).

⁸ A perspectiva da totalidade é entendida aqui como aquela que considera a realidade um complexo de complexos.

⁹ Sobre este aspecto, Osório, citando Marini, elucidada: “Para buscar estabelecer as proporções em que se intercambiam as mercadorias, tomadas como unidade de valor e valor de uso, Marx devia desconsiderar necessariamente as mudanças na produtividade ou na magnitude intensiva do trabalho, assim como, em geral, no grau da exploração”. (Osório, 2012, p.44)

Através do estudo dos ciclos do capital é possível seguir os rastros que vão ficando na medida em que ele assume as mais variadas formas e deixa suas pegadas na esfera da produção e da circulação. Considerando o ciclo do capital-dinheiro temos em D o surgimento de perguntas como quem investe, quanto investe e em que investe. Uma parte desse dinheiro é destinado para a compra de meios de produção (D-Mp) e outra para a compra da força de trabalho (D-Ft). Destaca-se nesta primeira fase da circulação o papel da compra-venda da força de trabalho que, dependendo do padrão de reprodução, assume formas variadas de acordo com o momento histórico do capitalismo. É na fase da produção (...P...) que o capital explora a força de trabalho a fim de se valorizar e dar continuidade ao seu processo de reprodução. Aqui é possível investigar a forma como o capital consome a força de trabalho: remunerando o trabalho com um salário abaixo do valor da força de trabalho – o que caracteriza a superexploração da força de trabalho e a peculiaridade do capitalismo dependente –; aumento da jornada de trabalho; aumento da intensidade¹⁰; ou aumento da produtividade que redundam na extração de mais valor relativo. Por fim, a segunda fase da circulação (M'-D') se caracteriza pelo momento em que o capital (mais valor) tem de se realizar para completar o seu processo de reprodução. Caso esta fase seja interrompida abre-se a possibilidade de crise (Osório, 2012).

Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos – adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz. (Osório, 2012, p. 42)

A análise do padrão de reprodução deve levar em consideração todos esses elementos presentes no ciclo do capital além de historicizá-los, segundo Osório, em uma dupla dimensão: (i) dizendo o porquê do capital se valorizar de determinada forma em momentos históricos específicos e (ii) colocando em evidência os processos que permitem a emergência, o auge, declínio (crise) de um padrão de reprodução, bem como as condições que possibilitam a emergência de um novo padrão de reprodução. (Osório, 2012, p. 46). É necessária, então, para identificação do padrão de reprodução do capital,

¹⁰ Essas três primeiras formas de extração do mais valor caracterizam o mais valor absoluto.

a investigação das razões pela qual a valorização do capital se dá de determinada maneira naquele momento histórico específico.

Caminhando para a caracterização dos elementos que possibilitarão uma análise adequada da conjuntura atual do capitalismo brasileiro atravessado pelas reformas do Governo Temer, se faz necessário entender o papel que a política econômica cumpre dentro do padrão de reprodução do capital e a forma como as economias dependentes se inserem dentro do sistema mundial através de tais políticas. A política econômica é umas das ferramentas fundamentais que possibilita um padrão de reprodução do capital. Pode ser definida como o mecanismo ou instrumento que o capital se utiliza para alcançar seus objetivos através das forças políticas que atuam em determinado cenário e momento histórico. O capital conta com a atuação do Estado por meio da implementação de medidas que visam determinado objetivo para satisfazer necessidades que, teoricamente, deveriam ser da população, mas que, em última instância, atendem às demandas do próprio capital. Por outro lado, a política econômica também é uma das principais ferramentas que caracterizam uma estratégia de desenvolvimento econômico. É a partir da análise da política econômica brasileira que o presente trabalho se propõe investigar a continuidade da estratégia de desenvolvimento neoliberal, a forma como a economia brasileira se insere dentro da lógica de acumulação do capital em nível global e, conseqüentemente, qual o padrão de reprodução do capital que predomina dos anos 1990 até os dias atuais. Na seção seguinte, defende-se que a alegação de insustentabilidade da Previdência, congelamento dos gastos com saúde e educação durante 20 anos com aprovação da PEC 55 e a tramitação da reforma trabalhista no Congresso Nacional marcam a retomada do Consenso de Washington e o aprofundamento da ininterrupta política neoliberal imposta sobre a economia nacional desde o início da década de 1990.

2. O novo padrão de dependência: do Consenso de Washington às reformas do governo Temer

O objetivo desta seção é defender que as reformas propostas pelo Governo Temer a partir de 2016 são uma retomada dos princípios do Consenso de Washington, uma proposta dos anos 1990, e por isso seus resultados esperados não devem ser

diferentes dos obtidos então: uma frustração dos objetivos de retomada do crescimento econômico e, em seu lugar, um aumento do desemprego e da concentração funcional da renda. Além disso, buscamos demonstrar que a estratégia de desenvolvimento predominante durante tal período calcada nos princípios neoliberais – que se tornam hegemônicos a partir da crise dos anos 70 e da derrocada do Welfare State – tem como ponto alto a acentuação da fragilidade financeira e a conseqüente vulnerabilidade externa que conformam um novo padrão de dependência.

Para atingir esse objetivo, esta seção será dividida em duas subpartes: na primeira será feita uma contextualização do Consenso de Washington tentando evidenciar os elementos que caracterizam o novo padrão de dependência. Na segunda, busca-se mostrar como as reformas ora propostas seguem aqueles mesmos princípios, ainda que não o afirmem diretamente, e por isso devem ter resultados parecidos com os dos anos 1990.

2.1 As propostas do Consenso de Washington e a conformação de um novo padrão de dependência

O encontro de líderes e pensadores de cunho liberal, ocorrido em 1989 na capital dos EUA, promoveu a guinada neoliberal principalmente sobre os países latino-americanos através de uma cartilha que acentuou uma série de recomendações para se alcançar o almejado desenvolvimento adjunto do crescimento econômico promissor a partir da inserção destes países no processo de globalização. As principais recomendações eram: políticas fiscais contracionistas através de cortes dos gastos do governo; reformas no sistema tributário tendo a finalidade de diminuir os impostos que incidiam sobre o setor privado e toda a indústria; privatização das estatais garantindo o predomínio da iniciativa privada em grande parte dos setores tendo mínima intervenção do governo na economia; abertura comercial e econômica entre os países permitindo uma elevação da competitividade e aumento dos investimentos externos; desregulamentação progressiva dos direitos trabalhistas e do bem estar social.

A adesão à estratégia de desenvolvimento neoliberal pela economia brasileira a partir de 1990 marca um novo projeto de crescimento econômico que se apresenta de forma oposta às ideias desenvolvimentistas que caracterizaram a política

adotada entre as décadas de 1930 a 1970 e centravam esforços numa industrialização baseada no processo de substituição de importação tendo como consequência o crescimento diversificado do parque industrial nacional.

A estagnação do crescimento, a conjuntura externa desfavorável, as restrições impostas pelo FMI e a depressão econômica vivenciada pelo país na década perdida prepararam o terreno para a ascensão das ideias neoliberais que se propagaram por toda a América Latina. A economia brasileira se rendeu ao processo de globalização neoliberal introduzido aqui através do receituário do Consenso de Washington, que funcionava, na prática, como uma tentativa de atender à necessidade de recomposição do capital devido às perdas geradas pela queda da taxa de lucro decorrente da crise do petróleo da década de 1970. A inserção externa brasileira, atendendo aos requisitos do mercado, culminou na total fragmentação do Estado através das privatizações de grande parte das estatais que tiveram um papel fundamental na consolidação da industrialização, na abertura comercial e na abertura e desregulamentação financeira. Todas essas medidas tinham o intuito de expandir o mercado (agora para a periferia) para a absorção do capital excedente que buscava novas formas de valorização.

Em síntese, como mostra Carcanholo (2000), as medidas impostas pelo Consenso de Washington poderiam ser sintetizadas em duas frentes: (i) promover estabilização macroeconômica através do combate à inflação e controle de gastos do governo; (ii) aplicação das reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, a privatização das estatais e dos serviços públicos, a eliminação dos subsídios com vistas à liberalização dos preços, e a abertura financeira. Tais medidas criariam as condições necessárias para levar as economias subdesenvolvidas ao caminho do crescimento através da competição com o comércio internacional e atração de investimentos.

Osório (2012) chama a atenção para os padrões de reprodução do capital que predominam na América Latina de acordo com cada período histórico: o padrão primário-exportador, que se estende até a segunda década do século XX; o padrão industrial, que se estende da década de 1930 aos anos 1980; e o padrão de especialização produtiva que predomina desde o fim da década de 1980 até os dias de

hoje. É o cenário descrito acima, marcado pelo receituário do Consenso de Washington, que caracteriza o novo padrão exportador de especialização produtiva.

Nessas bases, em termos de abertura comercial empreendida, o que ocorre é que os padrões de concorrência e as regras institucionais do comércio e do investimento são fortemente modificados, com as indústrias nacionais dos países periféricos sendo expostas à competitividade internacional sem que fossem criadas bases estruturais para tal e com o Estado se afastando progressivamente da atividade econômica, especialmente através de um intenso processo de desindustrialização dessas economias, expressa a partir de uma intensa reestruturação produtiva através da qual setores antes estratégicos no alicerce de projetos de desenvolvimento anteriores – a saber, setores mais intensivos em tecnologia – perdem espaço e importância nos marcos da “nova economia”, dando lugar à produção e exportação de produtos primários tais como alimentos, minerais e matérias-primas. (Amaral, 2010, p. 130)

O Brasil está inserido dentro da divisão internacional do trabalho como produtor de commodities. Em meados do século XX, o processo de industrialização brasileira conseguiu através de um elevado índice de endividamento externo diversificar ligeiramente o parque industrial. Embora o processo de substituição de importação tenha se mostrado como um importante modelo propulsor de crescimento econômico, o padrão primário-exportador, predominante até princípios do século XX, manifesta traços que atravessam o desenvolvimento da economia brasileira até os dias atuais. Osório (2012) adverte para a possibilidade de em situações históricas específicas encontrarmos, em geral, articulações nas quais se produz a convivência de um padrão de reprodução subordinado com um novo padrão que se converte no dinamizador do processo de reprodução do capital em seu conjunto (Osório, 2012, p. 78). Embora o padrão exportador de especialização produtiva carregue novas determinações que o tornam característico do capitalismo brasileiro contemporâneo, alguns traços do padrão primário-exportador ainda se revelam subordinados a ele.

Essa constatação torna a “Dialética da Dependência” de Marini mais atual do que nunca a apresentando como uma importante arma teórica para a interpretação dos problemas derivados da troca desigual entre os países. Dentro desse cenário de reprimarização da pauta exportadora acentuam-se os mecanismos de transferência de valor. As economias dependentes são forçadas, dentro da lógica de acumulação do capitalismo mundial, a transferir parte do mais valor produzido internamente quando estes são colocados em concorrência com os capitais de países que tem a produtividade mais alta. Como as mercadorias são vendidas pelo preço de mercado e este é dado pelas

condições médias de produção, as economias dependentes, com um nível de produtividade inferior ao das economias do centro de acumulação capitalista, transferem o mais valor extra para as últimas. Carcanholo (2004) identifica mais dois condicionantes histórico-estruturais de dependência: transferência de valor na forma de juros, dividendos, amortizações, lucros e royalties derivados da importação de capital feita pelos países dependentes; e a instabilidade dos mercados financeiros, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes, os colando à mercê do ciclo de liquidez internacional. Soma-se a isso o mecanismo utilizado pelos países dependentes para compensar os desequilíbrios da balança comercial provenientes da transferência de valor da troca desigual: a atração de capital. Dentre as formas que a atração de capital assume para fazer frente aos desequilíbrios provocados pela troca desigual a mais relevante para caracterizar o novo padrão de reprodução do capital são os empréstimos. A atração de investimentos altamente voláteis e com grande rotatividade devido à estrutura do mercado financeiro desregulamentado promove a captação de recursos para o rentismo, resultando na entrada e saída de capitais de curto prazo, variando de acordo com a conjuntura favorável ou não para o retorno financeiro.

Nesse cenário se faz presente a característica que protagoniza a condição de dependência no capitalismo atual: o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da “excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais” (Filgueiras, 2005, p.6) e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as commodities e/ou produtos industriais de baixo valor agregado, como já foi dito anteriormente. (Amaral, 2010, p. 131)

Amaral (2010) observa que a nova fase de dependência que predomina a partir dos anos 90 tem como característica a hegemonia da estratégia de desenvolvimento neoliberal (com as suas já discutidas políticas e características) e, como traço peculiar, a generalização do movimento especulativo do capital através de um processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva. Essa forma de valorização que o capital assume a partir da crise dos anos 70 e que se generaliza para a periferia do capitalismo (com o objetivo de recompor as condições de acumulação) na década de 90 se concretiza na impossibilidade de um crescimento econômico sustentado, na ocorrência recorrente de crises econômicas e na concentração de riqueza e socialização

da miséria (Amaral, 2010). Crescimento econômico pressupõe produção e com o novo padrão de dependência ancorado na valorização em esfera fictícia a produção perde espaço para a apropriação. Nas economias dependentes essa lógica de acumulação ganha um traço peculiar: a intensificação da vulnerabilidade externa a partir da necessidade de se atrair capitais para compensar os desequilíbrios no balanço de pagamento.

As crises cambiais mexicana, asiática e russa, da virada do século XX para o século XXI, se refletem na economia brasileira no fim da âncora cambial devido à fuga de capitais e aos constantes escoamentos de recursos alavancados pela vulnerabilidade externa. A inversão do câmbio fixo para o flutuante, trazendo consigo políticas de estabilidade econômica, com as frequentes elevações na taxa de juros e um maior controle sobre a inflação, sendo estipulado através de metas anuais, além da criação do programa de estabilização fiscal e da lei de responsabilidade para a obtenção de superávits primários, baseados em sucessivos ajustes fiscais que garantem a captação de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida consolidam o tripé macroeconômico que se estende até os dias atuais. Todos esses mecanismos proporcionam maior segurança e confiança para o investimento privado predatório, não tendo em troca nenhuma garantia de permanência do capital investido durante os períodos de vulnerabilidade econômica.

O que explica estes aspectos é a formação de um círculo vicioso pautado numa dinâmica de atração de capitais externos de curto prazo para fazer face aos desequilíbrios no balanço de pagamentos – o que faz aumentar a dívida externa –, sendo que isto é feito por meio da elevação dos juros domésticos – o que faz aumentar a dívida interna e, para além disto, desestimula investimentos produtivos e o próprio consumo, travando o crescimento e a produção de valor (...) o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. (Amaral, 2010, p. 132)

Essa política macroeconômica baseada no tripé metas de inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal com vistas a gerar sucessivos superávits primários norteia a economia brasileira desde o início do século até os dias atuais. Amaral deixa claro que é uma política guiada por uma estratégia de desenvolvimento extremamente nociva para as camadas subalternas da população visto que faz minar os poucos e esparsos direitos sociais conquistados com tanto esforço durante longos períodos de luta da classe trabalhadora. A partir de agora se faz necessário demonstrar a relação entre

essa estratégia de desenvolvimento com as reformas do governo Temer deixando claro que o neoliberalismo é o fio condutor de todo o período.

2.2 A permanência da base estrutural estabelecida na década de 1990 e as reformas do governo Temer

Com a análise dos fundamentos econômicos que dão sentido à política do governo do PT fica claro que não houve uma ruptura relacionada à estratégia de desenvolvimento adotada durante o início da década de 1990. As “mudanças” feitas durante o período que o Partido dos Trabalhadores se manteve no poder não atingiram a base estrutural fundada pelo neoliberalismo. Durante todo esse período foi adotada a mesma política de estabilização necessária para suprir às necessidades de acumulação de capital em nível global dado a divisão internacional do trabalho.

O período de desenvolvimento interno promovido pela supervalorização das commodities somadas ao efeito multiplicador que promoveu a elevação da renda das famílias sustentou o tripé macroeconômico e a forma de regulação pacificadora adotada pelo governo Lula, sendo-lhe fornecido espaço inclusive para adoção de políticas neoliberais de forma mais intensiva como a elevação da taxa de juros, aumento da carga tributária e diminuição dos direitos universais através, por exemplo, da reforma previdenciária. Tudo isso foi possível devido ao ciclo econômico favorável que lhe forneceu os recursos necessários para articular com o conjunto das esferas políticas, além de promover a minimização dos conflitos de classes.

Os benefícios conquistados pela classe trabalhadora como o aumento do salário mínimo, criação de programas sociais e formalização do mercado de trabalho vieram junto de vários ônus, como a diminuição das políticas globais, aumento da carga tributária, criação de uma massa trabalhista com baixa formação técnica e mão de obra barata, proporcionando a formação de um mercado intensivo em trabalho manual, degradante e altamente rotativo devido aos baixos investimentos em inovação tecnológica derivados da livre entrada e saída de capitais de curto prazo. Esse modelo de desenvolvimento apoiado em um tipo de estrutura social que se apropriou da força de trabalho barata em um momento de ascensão econômica permitiu o surgimento de melhorias de bem-estar social. Não ocorreram, porem, mudanças estruturais que

possibilitassem o fim do agravamento da desigualdade ou a redução do grau de vulnerabilidade externa, mas permitiu a inclusão na PEA de grande parcela da população que se encontrava à margem da sociedade, gerando mudanças principalmente na base da pirâmide. Demonstra-se assim a continuidade da estratégia de desenvolvimento neoliberal durante todo o governo Lula, bem como os traços que delineiam o novo padrão de dependência como atesta Carcanholo:

(...) o governo Lula não modificou substancialmente nada do que se fazia em termos de estratégia de desenvolvimento e política econômica do governo anterior. As reformas estruturais de liberalização, abertura e desregulamentação não foram revertidas. Ao contrário, em alguns casos, foram aprofundadas, mantendo a estratégia neoliberal de desenvolvimento, em específico o alto grau de abertura externa da economia, o que majora a dependência e vulnerabilidade externa estrutural da economia. (Carcanholo, 2010b, p. 26)

A mudança do cenário externo com a crise de 2008 e o fim do modo de regulação que marcou o governo Lula – baseado na conciliação de classes –, impõe para o capitalismo brasileiro um novo projeto político, diante da ineficiência do “lulismo” frente ao desejo insaciável do sistema financeiro e da dinâmica do regime de acumulação por retomar o crescimento da taxa de lucro que vem caindo desde então.

Desde o início do governo Lula foram adotadas políticas de incentivo ao consumo (através do reajuste do salário mínimo acima da inflação e do aumento do crédito, por exemplo) que possibilitaram a manutenção do mercado interno aquecido dando condições à resistência da economia brasileira aos reflexos mais imediatos da crise de 2008. Além disso, o crescimento vertiginoso chinês, um dos nossos principais parceiros comerciais ao lado de EUA e Argentina, resultou na manutenção, embora em ritmo de desaceleração desde 2011 – justificado também pela desaceleração do crescimento econômico da China a partir do mesmo período¹¹ –, dos superávits comerciais até 2014. Por outro lado, a “saída” do capital para a crise de 2008 contorna as consequências da crise mundial impedindo o imediato colapso do sistema financeiro internacional, o que também colabora para retardar os efeitos da crise na economia brasileira. No entanto, a diminuição do exército industrial de reserva – que eleva os

¹¹ A desaceleração do crescimento da China pode ser justificado basicamente por dois motivos: (i) dificuldade do governo chinês aplicar uma reestruturação produtiva que aumente a rotação do capital que condicione a sustentação do seu crescimento econômico em face a concorrência com os grande oligopólios internacionais e (ii) a contração das economias europeias decorrente da segunda onda da crise de 2008.

salários – e, ao mesmo tempo, o aumento do endividamento das famílias – restringindo o consumo – impõem para o capitalismo brasileiro a queda da taxa de lucro, observada a partir de 2014, de forma mais concreta, através da trajetória de decréscimo do PIB. Numa análise recente sobre a origem econômica da crise política brasileira constata-se:

A queda acentuada da taxa de lucro e a tentativa de reduzir a taxa de juros no início de 2011 romperam o acordo de classes que caracterizou o governo Lula. As reduções nos ganhos do capital produtivo e financeiro são a origem econômica para a crise política do governo Dilma. (Marquetti, Hoff, Miebach, 2016, p. 4)

Embora a política econômica passe por uma ligeira flexibilização durante o primeiro mandato do governo Dilma, esta não caracteriza a atenuação da vulnerabilidade externa consequente da fragilidade financeira que conforma o novo padrão de dependência. Contudo, se demonstra suficiente para o estopim da crise política brasileira que tem como um de seus momentos centrais o impeachment da presidenta Dilma. A queda abrupta das receitas tornou inevitável o conflito distributivo até mesmo entre as frações da burguesia dividida pelos interesses das grandes construtoras, bancos e o agronegócio que lutam para se apropriar, cada uma a seu modo, de uma fatia sempre maior da renda.

É no meio desse cenário de instabilidade intensificado pela aglutinação das insatisfações populares em torno da saída da presidenta Dilma, principalmente a partir de 2015, que a história política brasileira fica marcada por mais uma destituição, vale dizer ilegítima¹², agora, da presidenta Dilma Rousseff. Em seu lugar assume o poder o seu vice, Michel Temer, com a missão de dar continuidade ao aprofundamento do neoliberalismo retomado já no início do segundo mandato da presidenta Dilma.

Sob a justificativa da retomada da trajetória de crescimento e dos investimentos assiste-se a disseminação de um discurso extremamente nocivo às classes populares tendo como carro chefe, mais especificamente, a, assim chamada, PEC do Teto, a reforma trabalhista e a reforma da previdência.

O anúncio da agenda do Governo Temer, ainda no ano passado, chamada “Ponte para o futuro” já dava sentido para o que o presente trabalho chama de

¹² A forma como se deu a destituição da presidenta Dilma levantou grande polêmica sobre a legitimidade do processo. Aqui, entende-se que o processo de impeachment resultou de um golpe jurídico-parlamentar arquitetado por frações da classe burguesa que já não tinham seus interesses atendidos pelo modelo conciliador característico do governo PT. Tratou-se, então, de um golpe já que até agora nenhum traço ilegal da conduta da presidenta corrobora a sua destituição baseadas nas pedaladas fiscais.

aprofundamento do neoliberalismo através das reformas. O diagnóstico dos formuladores de política do governo para a queda da receita e a contração econômica aponta, basicamente, para a exacerbação dos gastos públicos. A retomada da trajetória de crescimento da economia e dos investimentos seria função de uma política econômica instrumentalizada com vistas a garantir a estabilidade macroeconômica, além de reformas (fundamentalmente, a trabalhista e da previdência) com o objetivo de devolver credibilidade ao governo e reestabelecer a confiança do mercado (Carcanholo, 2016, p. 4). A já aprovada PEC do Teto deveria cumprir a função, então, de reverter o déficit público através do congelamento dos gastos primários durante um período de 20 anos. A reforma trabalhista que propõe, resumidamente, o prevalecimento do negociado sobre o legislado juntamente com a terceirização visam diminuir os gastos com o trabalho sob a justificativa do incentivo aos investimentos e aumento do emprego. Por fim, a reforma da previdência aprofunda as reformas do Governo FHC e Lula aumentando a idade mínima para se aposentar; mudando os requisitos para efeito de aposentadoria entre homens, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade; mudando a paridade e integralidade dos servidores; mudando os critérios para aposentadorias especiais; reduzindo o valor das pensões; e modificando a aposentadoria por invalidez, atualmente integral, passará a ser parcial – limitada entre 60% e 70% (Queiroz, 2016, p. 5).

No entanto, inúmeras são as análises que demonstram o abismo existente entre a aplicação de tais medidas e a retomada de uma trajetória de crescimento econômico. Eduardo Costa Pinto (2017) chama atenção para o fato de que a principal despesa do governo é a financeira que permanece intocável dentro da PEC do Teto, evidenciando a contradição do argumento de que não existe espaço no orçamento brasileiro para as despesas sociais. Fica claro o lado que o governo ocupa dentro da luta de classes. No mesmo sentido pesquisas apresentam a inexistência da relação entre flexibilização dos direitos trabalhistas e crescimento do emprego. Na verdade, a reforma trabalhista é um mecanismo que tem como objetivo aumentar a superexploração da força de trabalho através da possibilidade do aumento da jornada de trabalho, já que os trabalhadores, desamparados pela CLT, não tem a mesma força dentro da negociação com os empresários. Em último lugar, há evidências concretas de que a Seguridade

Social que engloba o sistema previdenciário não apresenta déficit orçamentário, indo contra os argumentos apresentados pelo governo. Filgueiras esclarece argumentando que a Seguridade Social, segundo a Constituição, é composta pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social, cujas receitas não se resumem apenas à contribuição de trabalhadores e empresários à Previdência. A manipulação que subestima o cálculo da receita da Previdência, com o objetivo de demonstrar a existência de um déficit estrutural, é feita separando-a das demais componentes da Seguridade e omitindo a existência de outras receitas (Filgueiras, 2017, p.4). Os sentidos das reformas do Governo Temer ficam claros:

Todas essas contrarreformas, promovidas pelo Governo Temer tem um denominador comum: ao beneficiarem o rentismo, reduzirem e redirecionarem os gastos públicos, concentrarem a renda e diminuir a capacidade de consumo de maior parte da sociedade, se colocam na contramão do crescimento econômico. (Filgueiras, 2017, p.4)

O alinhamento político do Governo Temer aos interesses do mercado financeiro analisado através das reformas trabalhista e previdenciária e da PEC do Teto aprofunda a estratégia de desenvolvimento neoliberal favorecendo a classe rentista e o setor financeiro e, assim, fortalece e/ou consolida o padrão exportador de especialização produtiva e a nova forma de pendência ancorada na vulnerabilidade externa que dá sentido à valorização do capital na sua esfera fictícia dentro das economias dependentes.

Mais do que isso, considerando os efeitos deletérios da crise do capitalismo mundial de 2008, as reformas aqui analisadas juntamente com a PEC do Teto se enquadram justamente naquilo que Carcanholo (2011a) caracterizou como as formas de evitar o colapso do sistema financeiro do capitalismo. Se num primeiro momento tais medidas foram adotadas pelo eixo de acumulação do capital, agora, com a propagação das ondas da crise, as medidas se tornam também o fio condutor da agenda política dos países periféricos, no caso em específico, do Brasil. Segundo Carcanholo, a saída encontrada pelo capital para a crise de 2008 conjugou três elementos. Resumidamente, considerando a peculiaridade da crise de 2008 de ser advinda de uma superacumulação de capital que se especializa na apropriação de um mais valor que ele não produz, se torna necessário, do ponto de vista do capital, ampliar seus horizontes de exploração do trabalhador com o objetivo de aumentar o mais valor produzido e diminuir a distância entre a apropriação – via montante de títulos superproduzidos durante o período – e produção. A reforma trabalhista do Governo Temer entra aqui para satisfazer a

necessidade do capital de aumentar a superexploração da força de trabalho e, assim, o mais valor produzido. O segundo elemento consiste na criação de novos espaços de valorização para o capital superacumulado e o terceiro na atuação do Estado como agente que contrabalança o desequilíbrio derivado do excesso de oferta de títulos. O Estado entra, então, comprando esses papéis e fornecendo estabilidade aos mercados financeiros. Aqui entram tanto a reforma da previdência quanto a PEC do Teto no sentido de ampliarem os horizontes de valorização do capital e diminuírem a participação do Estado com despesas sociais em detrimento da destinação do orçamento público para a atuação nos mercados financeiros no sentido de comprar esses ativos com excesso de oferta (Carcanholo, 2011a, p. 81).

Portanto, conclui-se que as reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo tratam-se, na verdade, das saídas do capital para os reflexos da crise que agora atingem a economia brasileira. Os resultados já são conhecidos, não há nada novo no discurso que é empurrado à força para o conjunto da sociedade brasileira. As medidas do Governo Temer consideradas necessárias para a recuperação da trajetória de crescimento da economia, na verdade acentuam a inserção subordinada da economia brasileira na lógica de acumulação mundial do capital. Contudo, embora fracassem com o (falso) objetivo da retomada do crescimento e dos investimentos, são exitosas com relação ao crescimento da taxa de lucro já que incidem diretamente em mecanismos que intensificam a exploração da classe trabalhadora. Sinteticamente, Carcanholo elucida:

No que se refere aos países periféricos ou dependentes, o atual momento do capitalismo contemporâneo tende a aprofundar a inserção dependente dessas economias na lógica da acumulação mundial de capital. São justamente nos momentos de crise que o processo de concorrência entre os distintos capitais exacerba seu lado conflitivo. Isto amplia os mecanismos que fazem com quem uma parcela da mais-valia produzida pelas economias dependentes seja apropriada e acumulada nas economias centrais, exigindo do capitalismo periférico a maior elevação das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna. Por sua vez, a míngua dos mercados centrais faz com que as economias dependentes, que tiveram o processo de reprimarização de suas exportações aprofundado no período, sofram a grande instabilidade dos preços de seus principais produtos exportáveis, cada vez mais determinados pela lógica de acumulação do capital fictício. Com a retração dos mercados de créditos internacional, necessário para financiar as constas externas estruturalmente desequilibradas, o cenário externo para as economias dependentes é de piora em suas inserções subordinadas ao capitalismo mundial. (Carcanholo, 2011, p. 83).

3. Considerações finais

Procurou-se demonstrar que as reformas do Governo Temer significam o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil a partir de um padrão de reprodução do capital e novo padrão de dependência. Demonstrou-se que a atual agenda política consubstanciada pelas medidas econômicas faz parte da continuidade da estratégia de desenvolvimento neoliberal que se estende dos anos 1990 até hoje. O padrão exportador de especialização produtiva junto com o novo padrão de dependência dá sentido a reprimarização da economia brasileira e às regalias concedidas ao capital financeiro. Acentua-se a forma subordinada como nos inserimos dentro da lógica de acumulação do capitalismo mundial a partir do aumento do grau de vulnerabilidade externa. As reformas atuais, portanto, apresentam-se como fundamentais para a lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo porque são as respostas da perspectiva do capitalismo dependente para os reflexos da crise de 2008. Uma vez que tentam responder à necessidade de recomposição das condições de acumulação do capital, são, antes de qualquer coisa, um conjunto de medidas que retomam o crescimento da taxa de lucro, mas não o crescimento econômico ou os investimentos como o atual governo falsamente defende.

A caracterização do capitalismo feita por Miranda (2017) como “um capitalismo sem máscaras” nos parece perfeita para descrever o cenário de incertezas e escuridão que o futuro reserva para a classe trabalhadora. Dentro da lógica do capitalismo contemporâneo as reformas visam dar margem para a atuação do capital fictício num constante processo de descompasso entre produção e apropriação de valor, ao mesmo tempo em que acentuam a superexploração da força de trabalho numa tentativa de resolver essa contradição.

É interessante notar e estabelecer uma breve comparação entre o contexto no qual as medidas impostas pelo Consenso de Washington foram adotadas e o atual momento do capitalismo. É importante ter em mente que na década de 1990 a imposição das reformas liberalizantes tinham o intuito de inserir as economias dependentes dentro de um mundo globalizado que prometia ser o caminho para o desenvolvimento. Passadas mais de duas décadas a inserção da América Latina, no caso em específico, do Brasil, dentro do mundo globalizado deixa a desejar diante daquilo que foi prometido. Concentração de renda, desigualdade e desemprego são algumas das

características atuais da economia brasileira depois de ter seguido o receituário neoliberal. No entanto, as reformas hoje, depois de um longo tempo de propaganda da ideologia neoliberal, se apresentam como uma necessidade para todos os países do sistema mundial, independente da região. Trata-se do capitalismo mundial, através da concorrência entre capitais, buscando a recomposição das condições de acumulação. O prato do dia para o capitalismo brasileiro é a dependência e superexploração da força de trabalho ou, em uma palavra, a socialização da miséria.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. S.; DUARTE, P. H. E. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. *Revista Leituras de Economia Política*, n. 16, p. 111-138, jun. 2010a.

BRAGA, R. Investigando a pilhagem. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/investigando-a-pilhagem/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: *Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*. São Paulo, 31 out. a 02 de nov. de 2004. Anais...

_____. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003- 2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 109-132, 2010b.

_____. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. In: Rodrigo Castelo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, p. 119-141, 2010c.

_____. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 1, p. 73-84, 2011a.

_____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013, p. 191-205.

_____. De volta para o futuro ou rumo ao passado? Jornal dos economista, n 324, 2016.

CARCANHOLO, R. A expressão do valor ou as formas do valor. In: CARCANHOLO, R. (Org.). Capital: essência e aparência, v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: FERREIRA, C; LUCE, M. S.; OSORIO, J. (Org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

FILGUEIAS, L. O golpe e as contrarreformas neoliberais. Jornal dos Economistas, n. 333, 2017.

GALEANO. E. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

_____. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C; LUCE, M. S.; OSORIO, J. (Org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acesso em: 16 jul. 2017.

MIRANDA, F. Capitalismo sem máscaras: sobre a PEC 241 (55). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/capitalismo-sem-mascaras-sobre-a-pec-241-55/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C; LUCE, M. S.; OSORIO, J. (Org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012c.

PINTO, E. C. Consenso da insensatez, reformas e crescimento: as formas de luta de classe no Brasil. *Jornal dos Economistas*, n. 333, 2017.

QUEIROZ, A. A. de. Governo Temer: a volta do Consenso de Washington. *Jornal dos Economistas*, n 327, 2016.

SOUZA, N. A. de. Teoria Marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. In: FILHO, N. A. (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.